



GÊNERO E SEXUALIDADE NO CURRÍCULO ESCOLAR: UMA ANÁLISE A LUZ DOS PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS

Raniceli *Lima* Felix¹

Fábio Viana Santos²

Flávia Viana Santos³

RESUMO:

Nos últimos anos as ciências humanas e sociais começam a discutir, com maior intensidade, as questões relacionadas a gênero e sexualidade. No campo educacional essa discussão ganha força com as discussões pós-críticas do currículo. Nessa discussão entendemos a escola enquanto instituição de educação formal, espaço propício para a construção e reprodução das desigualdades entre os gêneros, reforçando uma sociedade patriarcal, misógina e heteronormativa. Assim, esse ensaio teve o objetivo de verificar como as relações de gênero comparecem no currículo formal voltado para as séries iniciais do ensino fundamental, a partir da análise dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's). Trata-se de uma pesquisa exploratória, de abordagem qualitativa, cuja ferramenta foi à análise documental. O corpus do estudo foi o Caderno 10 – Volume II dos PCN's, que se intitula: “Orientação Sexual”. O referencial teórico buscou definir as categorias currículo, gênero e sexualidade, apontando a relevância dessa discussão para o campo educacional. A análise preliminar do documento indica a dificuldade de tratar sobre essa temática com alunos dos anos iniciais do ensino fundamental. O currículo, nessa perspectiva, atua como agente normalizador e (re)produtor de identidades dita de meninos e de meninas. Os PCN's destacam as possibilidades de trabalhar essas questões em sala de aula como uma estratégia de desconstrução de estereótipos, que devem ser melhor empregadas no ambiente escolar.

PALAVRAS-CHAVE: currículo. Gênero. Sexualidade.

¹ *Graduanda em pedagogia pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Graduanda em Pedagogia (UESB) E-mail: lfrani.felix@gmail.com.*

² *Graduando em pedagogia pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Membro do Grupo de Pesquisa e Estudos Pedagógicos. E-mail: fabio.dirpe@yahoo.com.br*

³ *Graduanda em Pedagogia, Mestranda em Educação, Especialista em Educação e Diversidade pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Licenciada em Letras pela Universidade do Norte do Paraná. Professora da Educação Básica no município de Itapetinga/BA. E-mail: fvianna.santos@hotmail.com*



INTRODUÇÃO

A instituição escolar, enquanto um ambiente de educação formal, sistematizada e fundamentada no contexto econômico, social e político de dado momento histórico é, juntamente com as instituições familiares e religiosas, o ambiente onde os indivíduos fundamentam suas concepções e formação individual durante grande parte de sua existência, desde a mais breve infância.

Nesse contexto, é possível analisar que a instituição escolar, assim como outras instituições que compõem a sociedade, possui papel relevante para a (re)produção de papéis ditos de meninos e meninas, na formulação de conceitos desiguais para com as relações de gênero, permeadas de ideias de dominação masculina, de repulsa à feminilidade e de objetificação do corpo. Um dos dispositivos acionados pela escola nessa (re)produção é o currículo, que merece um olhar mais cuidadoso, proposta que nos propomos a seguir.

Assim, esse trabalho pretende verificar como as relações de gênero comparecem no currículo formal voltado para os anos iniciais do ensino fundamental, a partir da análise dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's). Trata-se de uma pesquisa exploratória, de abordagem qualitativa, cuja ferramenta foi à análise documental. O *corpus* do estudo foi o Caderno 10 – Volume II dos PCN's, que se intitula: “Orientação Sexual”.

O texto se organiza em três tópicos. O primeiro tópico busca fazer uma breve discussão sobre o currículo escolar, sua definição e principais abordagens. Já o segundo tópico aborda as categorias gênero e sexualidades e suas interfaces com a educação. O terceiro tópico faz uma análise do documento objeto do nosso estudo, os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental.

Da análise do material foi possível identificar o desvelamento das discussões acerca do gênero e sexualidade e a dificuldades de realizar essa discussão no espaço escolar.

Currículo escolar: primeiras aproximações

O termo currículo apresenta diferentes concepções, em função das diversas formas como a educação foi construída durante a história, se baseando em aspectos políticos, sociais, econômicos e culturais de uma dada sociedade, como também influências teóricas



(MOREIRA & CANDAU, 2007. p.20). A palavra em sua origem, do latim “*curriculum*”, tem como significado “pista de corrida”, sendo assim, um caminho, percurso a seguir. (SILVA, 2010, p.15).

Entendemos o currículo como um mecanismo central no projeto pedagógico de uma instituição escolar, possibilitando a viabilização do processo de ensino e aprendizagem. Engloba a aquisição de conhecimento escolar, o desdobramento das relações sociais e como as mesmas atuam na construção da identidade. (MOREIRA & CANDAU, 2007. p.21).

Permeado de ideologia, cultura e relações de poder, o currículo se formula por meio de uma realidade histórica, cultural e social, constituído de procedimentos didáticos, administrativos, que possibilitam o condicionamento de teoria e prática. Sacristán (2000) analisa que:

O currículo não é um conceito, mas uma construção cultural. Isto é, não se trata de um conceito abstrato que tenha algum tipo de existência fora e previamente à experiência humana. É, antes, um modo de organizar uma série de práticas educativas. (GRUNDY, 1987 apud SACRISTÁN, 2000. p.13-14).

Assim o espaço curricular se configura como um campo hegemônico de ideias, saberes, ideologias, teorias, poder e políticas. Logo, há uma disputa imanente e permanente sobre os lugares em que os saberes devem ser organizados e aplicados enquanto práxis pedagógicas.

Por isso, entendemos como importante no campo educacional fazer uma reflexão qualificada sobre o currículo, sendo necessário uma revisita no campo da historiografia. A preocupação com o currículo como objeto de investigação surge no início do século XX, nos Estados Unidos, estando ligado ao processo de massificação da escola (HORNBERG & SILVA, 2007).

É importante, então, conhecer a classificação do currículo, não a partir de uma perspectiva cartesiana, a fim de conhecer as “caixinhas” em que se agrupam, mas numa perspectiva dialética, ao entender que a complexidade do currículo se dá no movimento, nas relações entre essas classificações.

A primeira classificação que temos é o chamado Currículo Formal, que diz respeito ao escrito, ao determinado. É a formulação curricular feita pelo Estado, suas legislações e determinações. Dando seguimento a abordagem, o Currículo Real diz respeito ao cotidiano, é a contextualização do currículo formal em sala de aula, a partir da prática do professor. Por fim, temos o Currículo Oculto que não está presente na escola, mas sobre ela recai e interfere



diretamente no aprendizado do aluno como a religião, o nível social, poder econômico, cultura, dentre outros.

Na perspectiva de Michael Apple⁴ (1947) o currículo oculto se constitui enquanto um mecanismo de viabilização de concepções de dominação através de disciplinas escolares. Nessa perspectiva, o currículo oculto se viabiliza tendo como base não só o fenômeno do comportamento, mais a reprodução de conhecimentos sem a análise crítica, colocando uma falsa ideia de “neutralidade”.

O currículo pode ser fundamentado e formulado a partir de teorias que carregam uma visão de sociedade, argumentando objetivos e sendo formuladas a partir de concepções sociais, econômicas, culturais e políticas (HORNBERG, SILVA, 2007).

Segundo Silva (2010), uma teoria é definida de acordo com os conceitos que a mesma aborda para compreender a “realidade”. Atualmente, agrupamos as teorias que buscam explicar o campo curricular em três grandes grupos: teorias tradicionais, teorias críticas e teorias pós-críticas. Esses grupos embora não sejam uniformes, com diversas divisões, mantém características comuns que buscamos explicitar.

Na teoria tradicional o que domina é o discurso da neutralidade. Nesse sentido, o currículo deve proporcionar uma educação geral, a partir da identificação dos objetivos, cujo o foco estaria na formação da mão de obra especializada. Seu grande expoente é John Franklin Bobbitt que foi inspirado pelas ideias da Administração Científica de Frederick Taylor desse modo sua teoria pretendia que a educação e a escola deveriam ser pensadas como uma empresa, organizada de tal forma a fim de ter eficiência. De acordo com Paraskeva (2004):

À metáfora da escola como uma fábrica e do currículo como processo de produção, em que as crianças eram vistas como ‘matérias-primas’ e os professores como controladores do processo de produção, assegurando que os ‘produtos’ eram construídos de acordo com as especificações meticulosamente traçadas e com o mínimo de desperdício (PARASKEVA, 2004, p.7).

Desde a organização estrutural às práticas pedagógicas que permeiam o espaço educacional, a lógica a ser seguida se baseava na ótica empresarial, sendo todo o contexto educacional voltado a situar o indivíduo as necessidades de ordem econômica e trabalhista.

4 Michel Apple é professor na Universidade de Wisconsin, Madison. A partir de uma abordagem marxista, Apple é referência no campo dos estudos sobre currículo escolar, abrangendo análises nas categorias de currículo oculto, hegemonia, senso comum e ideologia, dentre outras contribuições para essa temática.



As perspectivas Críticas do currículo surgem nos anos 1960 marcado por um grande período de efervescência política e cultural em todo o mundo. Sua teorização é uma resposta à teoria tradicional, a partir de uma análise *marxiana* sobre o tema. São diversos os autores que foram agrupados nessa teoria, que se distanciam em diversos pontos, mas com um eixo comum pensar o que o currículo faz e as intersecções entre este e a ideologia.

Destacamos a obra do francês Louis Althusser que aponta: “*a escola contribui para a reprodução da sociedade capitalista ao transmitir, através das matérias escolares, as crenças que nos fazem vê-la como boa e desejável*” (1985. p. 32). Na teoria althusseriana a escola é um dos aparelhos ideológicos do Estado e como tal reproduz uma ideologia dominante.

Já Pierre Bourdieu e Jean-Claude Passeron o foco da análise seria a cultura, aqui entendida como um conjunto de valores, costumes, manifestações de um grupo dominante. Aquilo que os outros grupos produzem são manifestações folclóricas. A reprodução consiste na reprodução da cultura dominante, que garante a reprodução mais ampla da sociedade.

No Brasil, destacamos as contribuições do educador Dermeval Saviani que ancorado numa análise Gramsciana propõe um olhar para a aquisição do saber. Para Saviani, apenas a partir da apreensão daquilo que mais elaborado a sociedade produziu historicamente, os homens serão capazes de se emanciparem social e politicamente. Salientamos ainda as contribuições de Paulo Freire (1921-1997) a partir do conceito de educação bancária, aponta a alfabetização como um processo de conscientização, contextualizando as vivências do educando, visando a emancipação.

Como já afirmamos a teoria crítica teve diversas abordagens que não serão possíveis citá-las em sua totalidade no decorrer do texto. Há abordagens a partir da escola de Frankfurt, teorias que tomam como fundamentos a fenomenologia e a hermenêutica, dentre outras.

As teorias pós-críticas começam a pensar temas que fogem da discussão de estrutura, alienação e ideologia. Novas categorias passam a serem incorporadas nas discussões curriculares como relações de gênero e sexualidades, relações étnicas e povos originários, raça e negritude, dentre outras.

Mais uma vez temos uma infinidade de abordagens que passam a ser utilizadas na teorização curricular, pensadas a partir do pós-estruturalismo e pós-modernismo. Dentre os principais nomes destacam-se Michel Foucault (França, 1926-1984), Jacques Derrida



(Argélia, 1930-2004), Gilles Deleuze (França, 1925-1995), Edgar Morin (França, 1921), Humberto Maturana (Chile, 1928), dentre outros.

Sua principal característica consiste em destacar a diversidade cultural presente na sociedade. Reconhecendo as vozes subalternas, as culturas periféricas, as realidades sociais e históricas, apresentados como possibilidade de um processo educativo que seja identitário e emancipador. Esse movimento passa a ser identificado como multiculturalismo que de acordo com Silva (2010, p. 90) “O multiculturalismo mostra que o gradiente da desigualdade em matéria de educação e currículo é função de outras dinâmicas, como as de gênero, raça e sexualidade, por exemplo, que não podem ser reduzidas à dinâmica de classe”

A conceituação do multiculturalismo permite-nos atingir a compreensão pela qual a instituição escolar, viabiliza concepções das categorias de gênero, sexualidade, relações étnicas e raciais, entre outras, por meio do mecanismo curricular em suas diversas formas. Dada a infinidade de categorias que começam a ser discutidas pelos teóricos denominados pós-modernos, nos propomos a discutir gênero(s), sexualidade(s) e identidade(s) e sua relação com o campo curricular.

Gênero, sexualidade e educação

As categorias de gênero e sexo são interpretadas continuamente no campo social de maneira igualitária, partindo de um princípio equivocado de que ambas apresentam a mesma conceituação e significância teórica. Inicialmente, abordaremos a distinção de conceitos que as duas categorias carregam.

Gênero, de acordo com Louro (1992), é um termo usado para designar a construção social, histórica e cultural dos sexos. A denominação de sexo, nessa mesma concepção teórica, se refere a uma dimensão biológica do indivíduo. O conceito de sexo é usado para se referir a diferenciações visíveis biológicas, relacionadas aos aspectos físicos que distinguem ‘machos e fêmeas’ da espécie humana (MACEDO; SANDENBERG, 2011, p.36). Analisando os conceitos de gênero e sexo, é possível compreender que não se tratam de concepções semelhantes, mas carregam denominações antagônicas.

Macedo e Sandenberg (2011) argumentam que gênero se refere a uma questão cultural, uma classificação social entre o que é masculino e feminino, abrangendo os processos de construção cultural de relações, ao contrário de sexo, que denomina diferenças



ligadas a aspectos físico-fisiológicos. Meyer (2003), a respeito da dimensão que abrange o conceito de gênero, afirma que:

O conceito de gênero passa a englobar todas as formas de construção social, cultural e linguística implicadas com os processos que diferenciam mulheres de homens (...). O conceito de gênero privilegia, exatamente, o exame dos processos de construção dessas distinções – biológicas, comportamentais ou psíquicas - percebidas entre homens e mulheres. (...) Nos levam a considerar que as próprias instituições; os símbolos, as leis e políticas de uma sociedade são constituídas e atravessadas por representações e pressupostos do feminino e de masculino e, ao mesmo tempo, produzem e/ou ressignificam essas representações (MEYER, 2003, p.16.).

Nesse sentido, o caráter social e dimensão biológica do indivíduo sofrem transformações ao longo do tempo, ocorrendo diversas mudanças de concepções a respeito do que de fato é “ser homem ou mulher” socialmente. Conforme aponta Magalhães (2014 p. 58) “[...] implica considerar as relações de gênero como uma categoria em movimento, em suas mudanças, continuidades e descontinuidades históricas.”

O conceito de sexualidade corresponde à forma como os sujeitos enquanto homens e mulheres vivem o prazer corporal e como lidam com seus desejos. Meyer (2008), a respeito da construção da sexualidade dos indivíduos, enfatiza:

Nesta perspectiva teórica, é que os nossos desejos corporais e os focos de nossos desejos são produzidos e legitimados pela cultura e não são decorrências naturais da “posse” de um determinado aparelho genital ou do funcionamento de determinados hormônios (MEYER, 2008, p.26).

A teorização do conceito de gênero nos permite concebê-lo como uma ferramenta teórica e política, de fundamental importância para as implicações que são feitas em torno da temática, afinal segundo Scott (1997 p. 16): “a política constrói gênero, e o gênero constrói a política”.

Do mesmo modo, Meyer (2003) aponta que essa conceituação nos permite analisar que diversas instituições ao longo do tempo, por meio de diferentes práticas sociais, contribuem para a formulação individual de como nos constituímos como homens e mulheres, não sendo este um processo linear, progressivo, harmônico ou mesmo estando finalizado. Argumenta ainda que em diferentes contextos, ligados a lugar, tempo e circunstância específica, existe possibilidades múltiplas de como é de fato viver a feminilidade ou masculinidade.

Nessa perspectiva a escola atua como espaço normalizador e (re)produtor de identidades, subjetividades e sexualidades. Cabe retomar Foucault (1987, p. 153) que aponta, “a disciplina fabrica indivíduos: ela é técnica específica de um poder que toma os indivíduos ao mesmo



tempo como objetos e como instrumentos de seu exercício”. Assim a **escola** é uma instituição que produz masculinidades e feminilidades, inclusive reproduzindo a desigualdade entre gêneros. Sob outra abordagem, têm-se:

A escola é uma instituição que supostamente trata igualmente meninos e meninas, mas recebe valores implícitos ou explícitos provindos das relações sociais na qual está inserida e dificilmente pode competir com essas e outras forças formadoras. Nessa perspectiva, a escola, como uma instituição que igual o ponto de partida entre meninos e meninas para que eles ocupem os seus lugares sociais conforme as suas competências cognitivas, começa a ser questionada (MAGALHÃES, 2014 p.65).

A partir dessa análise, é possível compreender que os três níveis de currículo que perpassam a vida escolar do indivíduo (formal, real e oculto), constroem, reproduzem e asseguram uma visão de gênero para com os indivíduos que estão inseridos em unidades escolares, constituindo ligação com fatores epistemológicos, sociais, intelectuais, apresentando relações de poder, interesses, conflitos culturais e questões referentes a classes sociais, raça e etnia, como também relações de gênero. (JESUS, 2008. p.3).

O nível de currículo formal será analisado aqui, na perspectiva de gênero e sexualidade a partir do documento oficial curricular: Parâmetros Curriculares Nacionais da educação básica (PNC), em específico, a abordagem direcionada aos anos iniciais do ensino fundamental, sendo o foco direcionado aos temas transversais.

Gênero e currículo: um olhar sobre os Parâmetros Curriculares Nacionais

Os Parâmetros Curriculares Nacionais são documentos curriculares que visam assegurar a organização das temáticas trabalhadas nas instituições escolares em todo o país, garantindo a coerência dos investimentos no sistema educacional, a socialização de discussões e pesquisas, havendo contato com a produção pedagógica da contemporaneidade. Esse documento constitui o primeiro nível de concretização curricular do país, estabelecendo metas educacionais e fomentando projetos para a formação inicial e continuada dos professores, materiais didáticos, entre outros. O foco dos PCN's é organizar as propostas curriculares dos Estados e Municípios, havendo diálogo entre os mesmos, servindo também como material de reflexão para a prática de professores.

O volume 10 dos PCN's está dividido em “Pluralidade Cultural” e “Orientação Sexual”, sendo o segundo subdividido em: Corpo: matriz da sexualidade; Relações de gênero e Prevenção às doenças sexualmente transmissíveis/AIDS. As temáticas que envolvem relações



de gênero estão inseridas no segundo tópico do PCN. Vianna e Unbehaum (2004) a respeito da ligação entre os PCN's e a questão de gênero afirmam que:

Os PCN realçam as relações de gênero, reconhecendo-as como referências fundamentais para a constituição da identidade de crianças e jovens. Coerentes com os fundamentos e princípios da Constituição Federal, os PCN trazem como eixo central da educação escolar o exercício da cidadania e apresentam como maior inovação a inclusão de temas que visam a resgatar a dignidade da pessoa humana, a igualdade de direitos, a participação ativa na sociedade e a corresponsabilidade pela vida social (VIANNA, UNBEHAUM, 2004, p. 96).

De acordo com Vianna e Unbehaum (2004) é possível verificar a partir das análises dos temas transversais, que a temática de gênero oscila entre a timidez e o desvelamento, sendo que a abordagem de gênero intitulada “Relações de Gênero”, estando entre um dos três tópicos de “Orientação Sexual”. Observamos que embora seja o avanço o documento curricular traz diversas limitações relacionadas à categoria gênero, apresentando por vezes uma discussão reducionista sob o enfoque da saúde, embora o expressivo acúmulo teórico notado no campo educacional nas últimas duas décadas. Conforme pode ser observado no fragmento do documento:

O objetivo do trabalho de Orientação Sexual é contribuir para que os alunos possam desenvolver e exercer sua sexualidade com prazer e responsabilidade. Esse tema vincula-se ao exercício da cidadania na medida em que, de um lado, se propõe a trabalhar o respeito por si e pelo outro, e, por outro lado, busca garantir direitos básicos a todos, como a saúde, a informação e o conhecimento, elementos fundamentais para a formação de cidadãos responsáveis e conscientes de suas capacidades (BRASIL, 1997 p.91).

O tópico Relações de Gênero do PCN aborda, inicialmente, uma discussão a respeito dos conceitos de gênero e sexo, abordando também as questões que os torna discussões distintas. Argumenta que desde de muito cedo, os indivíduos incorporam comportamentos e práticas sobre o que pertence a “homens” e “mulheres”, em dado momento na história. A seguir, enfatiza-se a necessidade das discussões a respeito de gênero:

A discussão sobre relações de gênero tem como objetivo combater relações autoritárias, questionar a rigidez dos padrões de conduta estabelecidos para homens e mulheres e apontar para sua transformação. A flexibilização dos padrões visa permitir a expressão de potencialidades existentes em cada ser humano que são dificultadas pelos estereótipos de gênero (PCNs, 1997, p.99).

O documento reflete sobre a dificuldade de tratar sobre essa temática com alunos dessa faixa etária (Ensino Fundamental I), levando em consideração a complexidade do tema. Aponta que as questões de gênero podem ser trabalhadas em qualquer situação do convívio escolar, tendo em vista a desconstrução de estereótipos de gênero.



A diversidade de comportamento de homens e mulheres em função da época e do local onde vivem; A relatividade das concepções tradicionalmente associadas ao masculino e ao feminino; O respeito pelo outro sexo, na figura das pessoas com as quais se convive; O respeito às muitas e variadas expressões do feminino e do masculino (PCNs, 1997, p.100).

É notável a ênfase que é dada nesse documento curricular, destinado aos anos iniciais do ensino fundamental, a respeito da necessidade de compreender como a construção de gênero se deu, em um movimento histórico, as concepções formuladas para os mesmos e o caráter relativo que essas construções carregam o respeito para com os indivíduos e as expressões do feminino e masculino.

A presente proposta de Orientação Sexual caracteriza-se por trabalhar o esclarecimento e a problematização de questões que favoreçam a reflexão e a ressignificação das informações, emoções e valores recebidos e vividos no decorrer da história de cada um, que tantas vezes prejudicam o desenvolvimento de suas potencialidades. Ressalta-se a importância de se abordar a sexualidade da criança e do adolescente não somente no que tange aos aspectos biológicos, mas também e principalmente aos aspectos sociais, culturais, políticos, econômicos e psíquicos dessa sexualidade (BRASIL, 1997, p. 87).

As temáticas da sexualidade, conforme as análises do documento em questão, devem ser trabalhadas não só em um âmbito biológico, corporal, mas se estendendo ao campo social. Nesse sentido, o trabalho na perspectiva do gênero e da sexualidade deve ser incorporado no trabalho pedagógico do professor dos anos iniciais, de modo a superar estruturas binárias e excludentes presentes na sociedade, que determinam papéis ditos de meninos e meninas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escola não é um espaço educativo neutro. A suposta neutralidade no contexto escolar é uma falácia, tendo em vista de que esse espaço constrói, reproduz e assegura um modelo de sociedade em dado contexto histórico-social, permeado por ideologias e concepções de poder, afirmando uma realidade social que dificilmente assume um posicionamento de mudança de perspectiva.

A partir dos estudos que contemplam as temáticas de gênero e educação, é notável a complexidade de abordar essas questões dentro das temáticas que envolvem as políticas educacionais. Em meio ao contexto de diversidade no país, até o momento não foram formulados nenhum documento oficial que de fato tem as questões de gênero como seu foco principal. Importante frisar que a pauta política do país vem sendo feita a partir de um ponto



de vista cada vez mais conservador. Um exemplo disso foi a retirada de qualquer menção a gênero e sexualidade nos Planos de Educação pelo país. Antes disso vimos o Programa Escola sem Homofobia ser completamente destruído pela bancada conservadora do Congresso, não tendo sequer chegado às escolas do país.

Compreendemos que as temáticas que envolvem gênero ainda são consideradas como um tabu para as discussões escolares, sendo relevante ressaltar que a instituição escolar possui em seus mecanismos de socialização, organização estrutural, avaliativos, entre outros, concepções e estereótipos de gênero que possibilitam a fomentação das desigualdades entre os mesmos, em uma perspectiva cultural e social cada vez mais arraigada no machismo, misoginia e preconceito.

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de estado: Nota sobre os aparelhos ideológicos de estado**. 3 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

BRASIL, Congresso Nacional. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: ensino fundamental**. Brasília: MEC/SEF, 10 volumes, 1997.

FOUCAULT, Michael. **Vigiar e punir**. 7 ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

HORNBURG, Nice; SILVA, Rubia Da. **Teorias sobre currículo: Uma análise para compreensão e mudança**. ICPG, 2007.

JESUS, Adriana Regina de. **Currículo e Educação: Conceito e questões no contexto educacional**. São Paulo: UEL-PUC. Disponível em < http://www.pucpr.br/eventos/educere2008/anais/pdf/642_840.pdf > Acesso em 31 de Agosto de 2016.

LOURO, Guarcira Lopes. **Uma Leitura da história da educação sob a perspectiva do gênero**. In: _____ **Teoria e Educação**. Porto Alegre, RS: Pannonica Edition, 1992.

MACEDO, Márcia; SANDENBERG, Cecília M.B. **Relações de Gênero: Uma breve introdução ao tema**. In: _____ **Ensino e Gênero: Perspectivas Transversais**. Salvador: UFBA - NEIM, 2011.

MAGALHÃES, Livia Diana Rocha. **Educação e igualdade de gênero: uma primeira aproximação das discussões e proposições no Brasil e na Espanha**. Revista em Aberto - INEP, v. 27, p. 57-68, 2014.



MEYER, Dagmar Estermann. **Gênero e educação: Teoria e Prática.** In: _____ **Corpo, gênero e sexualidade: Um debate contemporâneo na educação.** Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

MEYER, Dagmar Estermann. **Gênero, sexualidade e currículo.** In: _____ **Educação para a igualdade de gênero.** Salto para o Futuro, 2008.

MOREIRA, Antonio Flávio Barbosa; CANDAU, Vera Maria. **Currículo, conhecimento e cultura.** In: BEAUCHAMP, Janete; PAGEL, Sandra Denise; NASCIMENTO, Aricélia Ribeiro. *Indagações sobre currículo: currículo, conhecimento e cultura:* Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica, 2007.

PARASKEVA, João Menelau. **Introdução crítica: uma abordagem simplista para um fenômeno complexo.** In: _____. *O currículo.* Lisboa: Didática, 2004, p. 7-27.

SACRISTÁN, J. Gimeno. **O currículo: uma reflexão sobre a prática.** 3. Ed. Porto Alegre: ArtMed, 2000.

SCOTT, Joan. **Género: una categoria útil para los estudios históricos?** In: LAMAS, M. (Org.). **El género: la construcción cultural de la diferencia sexual.** México: PUEG, 1997

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de Identidade: Uma introdução às teorias do currículo.** 3ª Edição. Belo Horizonte: Autentica, 2010.